

Um saquarema no Itamaraty:

por uma abordagem renovada do pensamento político do Barão do Rio Branco

A “saquarema” at Itamaraty: for a renewed approach to the Baron of Rio Branco’s political thought

No início de *A democracia na América*, Tocqueville afirma que, como os indivíduos, “os povos sempre se ressentem de sua origem. As circunstâncias que acompanharam seu nascimento e serviram para seu desenvolvimento influem sobre todo o resto de sua carreira” (Tocqueville, 2001, p. 36). Essa importância conferida à formação social e política dos povos não implica, porém, afirmar a inexistência de discordâncias a respeito do projeto nacional que as nortearia. Pelo contrário. Para ficarmos apenas na nação de que Tocqueville se ocupava, a tensão entre os *federalistas* (unionistas) e *antifederalistas* (estadualistas) marcou o surgimento dos Estados Unidos como país independente e boa parte de sua vida posterior, expressa pelo sistema bipartidário e pelos antagonismos ideológicos que atravessaram a história daquela república: comércio/indústria *versus* ruralismo; mão de obra livre *versus* escravidão; aristocratismo *versus* democratismo; imperialismo *versus* isolacionismo. Essa dualidade se espelha também na existência de versões historiográficas distintas do passado nacional, já que cada partido elabora sua própria narrativa de modo a enaltecer seus próprios heróis e justificar, por meio do recurso ao passado, a sua atitude presente. Dessa polarização surgem panteões nacionais concorrentes, nos quais muitas vezes os heróis de um são os anti-heróis do outro. No entanto, a sedimentação de uma cultura

* É professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ, Brasil) e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro, RJ, Brasil). E-mail: clynch3@hotmail.com.

política comum e, com ela, a consolidação das instituições levam à progressiva acomodação entre os grupos em disputa, à redução das distâncias entre os projetos políticos e, com isso, do grau de animosidade do conflito, que passa a se exprimir no interior dos canais constitucionais. Essa acomodação se reflete igualmente na produção político-historiográfica: a atenuação das divergências faculta o surgimento de narrativas compromissórias do passado, nas quais os heróis nacionais de cada partido são mesclados para formar um novo panteão de “pais fundadores”, mais ou menos misto em relação aos vigentes no período de antagonismo partidário.

A história política brasileira ainda não forjou tranqüila unanimidade a tal respeito. Diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, houve aqui maior distância e, portanto, maior disparidade entre os projetos em disputa. O primeiro deles, defendido por uma burocracia de Estado oriunda do Antigo Regime, identificado com a Corte, era monárquico-constitucional e apresentava um cunho claramente unitário, imperial/nacionalista e estatocêntrico, de nítida ascendência do político (o “Estado”) sobre o socioeconômico (a “sociedade civil” e o “mercado”). Já o segundo projeto, defendido essencialmente pela classe proprietária e identificado com as províncias, tendia à república e apresentava um caráter confederativo, patriótico-estadualista, cosmopolita e sociocêntrico, de clara predominância do econômico sobre o político. Esse maior grau de disparidade entre os projetos contribuiu para tornar mais penosa a sedimentação, no Brasil, de uma cultura política capaz de manter os conflitos dentro dos marcos institucionais. Daí as periódicas rupturas constitucionais, cada qual destinada a implantar um daqueles dois modelos ou seus sucessivos avatares. O episódio emblemático dessa confrontação se deu no ano de 1842, quando das revoltas deflagradas pelos liberais em São Paulo e Minas Gerais contra a consolidação do domínio conservador. Foi então que se cristalizaram os apelidos reciprocamente conferidos aos dois partidos que defendiam aqueles projetos: os *saquaremas* e os *luzias*¹. De lá para cá, mostrando equivalência de forças ao longo do tempo, o antagonismo subsiste, adaptando-se às mudanças sucessivas do ambiente ideológico e político. Ele se revela na alternância de regimes políticos representativos de

¹ “Datam desta época (1844) os apelidos que mutuamente se aplicaram os dois partidos, a um o de luzia, por ter sido derrotado no arraial mineiro deste nome, e ao outro de saquarema, por ser a residência de Rodrigues Torres e recordar igualmente os façanhudos feitos do Padre Ceia, protegido pelo presidente Aureliano” (Pereira da Silva, 2003, p. 56).

um e de outro projeto, na forma de um movimento praticamente pendular: se os anos de 1823, 1837, 1930, 1937 assinalam vitórias dos *saquaremas*, aqueles de 1831, 1889, 1932, 1945 representam triunfos dos *luzias*.

Por conta desse movimento pendular de grande alcance e longa duração, marcado pelo equilíbrio relativo entre os dois grupos concorrentes e seus respectivos projetos nacionais – sempre atualizados às circunstâncias e contextos, mas sem perderem suas características básicas –, ficou a sensação difusa de que a nação brasileira parece ter nascido duas vezes: como monarquia parlamentar unitária, em 1822; e como república presidencialista ultrafederativa, em 1889 (Lynch, 2011; Vianna, 1991; Santos, 1978). Ali, o ideal do Brasil como um Estado nacional forte e atuante na tarefa de modernização social; aqui, o ideal do Brasil como um Estado federativo e transparente a serviço da sociedade civil. Como em outros países, em que os antagonismos de projetos opôs *whigs* e *tories* (Inglaterra); federalistas e antifederalistas (EUA), *pelucones* e *pipiolo*s (Chile), essa oposição entre saquaremas e luzias resultou na produção de versões alternativas da história nacional, de modo a legitimarem seus projetos políticos.

Os saquaremas resgatavam o protagonismo de Dom Pedro I no processo de independência, justificavam a dissolução da Constituinte como uma medida de salvação pública e elogiavam a Carta por ele outorgada por conciliar o ideal de liberdade com o de autoridade. O episódio da abdicação era reduzido a um ato voluntário praticado pelo monarca. Sua partida teria aberto a caixa da Pandora de onde saíram a anarquia e o separatismo que, aprofundados pelo desastroso experimento do Ato Adicional, assolaram o país durante a Regência. Destacando que sem ordem e unidade não seria possível viabilizar nem liberdade nem progresso, os saquaremas justificavam o “regresso” conservador e, com ele, o retorno parcial ao modelo centrípeta e monárquico do Primeiro Reinado. Os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) deram forma mais acabada a esse projeto historiográfico por meio de uma história nacional em que a narrativa da colonização portuguesa prefigurava o destino imperial brasileiro, ou seja, a unidade política e territorial que lhe assegurava a futura grandeza. Os saquaremas também procederam à composição de um panteão nacional, integrado pelos estadistas que haviam colaborado na promoção do projeto imperial: Dom Pedro I, o “fundador do Império” (que, como tal, fora o primeiro a receber uma estátua pública na Corte, em 1862); José Bonifácio, o “patriarca

da Independência” (bronzificado em 1872); Dom Pedro II, o “magnânimo” (que receberia estátua equestre em 1872, mas declinou da honraria). Outros estadistas faziam parte desse panteão: Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos, o Visconde do Rio Branco, o Duque de Caxias e a Princesa Isabel. Todas as cédulas e moedas em circulação no período traziam a efígie de Dom Pedro II.

Organizada pelos *republicanos históricos*, a luzianíssima República Federativa de 1889 deliberou substituir a narrativa saquarema da história brasileira, baseando-se nos relatos dos luzias radicais da década de 1860. Eles tomavam a independência como obra sua, desvirtuada pelo primeiro imperador e retratavam Pedro I como um déspota que, apoiado pelo “partido português”, dissolvera a Constituinte para outorgar uma carta unitária e governar absolutamente. Sua abdicação era descrita pelos luzias como o resultado de uma revolução nacional contra o absolutismo e o domínio lusitano. Por sua dimensão liberal e “republicana”, os luzias consideravam o período regencial a era de ouro da política brasileira, durante a qual se produzira o “glorioso” Ato Adicional. O Segundo Reinado teria sido um tempo de retrocesso, de luta contínua de uma nação ávida de liberdade contra o despotismo velado da Coroa (Otoni, 1916; Marinho, 1885). O novo regime também criou um novo panteão de heróis. Enquanto os novos estados reabilitavam os chefes separatistas do tempo da monarquia para excitar o “patriotismo estadual” (como o Frei Caneca, Bento Gonçalves e Anita Garibaldi), a União promovia uma completa mudança de elenco para o panteão republicano. Benjamin passava à condição de “fundador da República”; Floriano, de “consolidador”; Quintino, de “patriarca”; Deodoro, de “proclamador”; Prudente, de “pacificador”; Saldanha Marinho, de “pai”; Silva Jardim e Lopes Trovão, de “tribunos” (Carvalho, 1990). Depois de algum tempo, as cédulas e moedas começaram a ostentar as efígies dos próceres republicanos, como Campos Sales, Joaquim Murinho, Afonso Pena, David Campista, Rio Branco, Artur Bernardes. A exceção era Feijó, principal chefe dos luzias da regência, visto como republicano *avant la lettre*.

Entretanto, na década de 1910, e especialmente depois da Grande Guerra de 1914, o novo panteão nacional e a historiografia luzia republicana começaram a sofrer críticas severas. Até então festejada por seu liberalismo, a Carta de 1891 passou a ser considerada ultrapassada, elaborada em uma época de ingênuo otimismo, em que o individualismo liberal federativo

caminhava de mãos dadas com a fé no progresso retilíneo da humanidade rumo à paz e ao conagraçamento gerais. Incentivada pela oposição liberal e por nacional-reformistas como Oliveira Viana, a valorização da memória monárquica acabou encampada pelo próprio *establishment* republicano, por ocasião do centenário da Independência. O banimento da família imperial foi revogado, e os restos mortais dos imperadores, repatriados com honras de chefes de Estado². Começou a operar-se então nova modificação no panteão de heróis nacionais, no sentido de uma síntese entre os heróis republicanos (luzias) e monárquicos (saquaremas), estampado afinal na primeira série de cédulas de cruzeiro, em 1942: João VI, Pedro I, Caxias, Pedro II, Deodoro, Rio Branco, o próprio Vargas. O governo Jango (1961-1964) incluiria Tiradentes; os governos militares, Floriano e Castelo. Na transição para a democracia, as cédulas começaram a homenagear liberal-democratas, como Rui Barbosa e Juscelino Kubitschek, e, depois, figuras expressivas da “sociedade civil”: Rondon, Carlos Gomes, Oswaldo Cruz, Mário de Andrade, Villa-Lobos, Carlos Chagas, Machado, Cascudo e Portinari. Se Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) suprimiu das cédulas e moedas as figuras históricas, em benefício de espécimes da nossa fauna, o governo Lula (2003-2011) as reintroduziu nas moedas de centavos: Cabral, Tiradentes, Pedro I, Deodoro, Rio Branco.

No entanto, as figuras do nosso eclético panteão nacional ainda estão longe de granjejar unanimidade. Dom João é visto tanto como o pai do Estado brasileiro quanto como um glutão covarde; Dom Pedro I, herói libertário e libertino despótico; Dona Isabel, princesa abnegada e carola oportunista; Deodoro da Fonseca, herói militar e atrapalhado traidor da monarquia; Getúlio Vargas, artífice do moderno Brasil e abominável ditador populista. Da controvérsia em torno dos “grandes personagens da nossa história” não escapam mesmo aqueles a respeito dos quais seria possível esperar julgamentos mais serenos, como Pedro II (governante tolerante e esclarecido, ou indiferente e acomodado) e Juscelino Kubitschek (audaz desenvolvimentista ou gestor irresponsável, faraônico, inflacionário). Aqui, verifica-se uma única exceção a tal polêmica: o Barão do Rio Branco. Atrás dele, aparecem dois

² Uma edição especial da revista do IHGB oferece uma completa cobertura dos projetos de lei revogando o banimento da família imperial e autorizando o traslado dos despojos dos imperadores, bem como as mensagens presidenciais enaltecendo a contribuição de Dom Pedro II ao desenvolvimento do país (IHGB, 1925).

contemporâneos seus: Joaquim Nabuco e, com menos unanimidade, Rui Barbosa. Por que, dos estadistas atuantes durante a Primeira República, somente foram integrados ao panteão três personalidades que não participaram da propaganda republicana e permaneceram fiéis à sua memória do Império?

A resposta não é difícil. Além de terem se projetado e ficado associados às obras essenciais que marcaram a construção da nacionalidade – a intangibilidade do território, a abolição da escravatura e o deflagrar do processo de democratização, respectivamente –, Rio Branco, Nabuco e Rui eram vistos como políticos que vertiam vinho velho em odres novos. Servindo à ideia republicana com lealdade, os três estadistas salientavam, porém, a necessidade que a República tinha de fazer-se herdeira das virtudes da monarquia. Rui, Rio Branco e Nabuco simbolizavam políticos que pretendiam restabelecer as virtudes do antigo regime, irremediavelmente decaído, no interior precocemente corrompido do regime novo. Entre as alternativas extremas de uma restauração monárquica, de um lado, e da república oligárquica de outro, Rui, Nabuco e Rio Branco representavam aos olhos do público a possibilidade da almejada síntese por meio da qual seria possível reconstituir os padrões nacionais de vida cívica da monarquia unitária no interior da república federativa. Com seus exemplos de patriotismo desinteressado, suas figuras pareciam confirmar as interpretações historiográficas “monarquistas” de Afonso Celso, Oliveira Lima e do próprio Nabuco, que, direta ou indiretamente, desmoralizavam a tentativa de “refundação nacional” promovida pelos próceres do novo regime. Como tais, foram vistos como gigantes pela mocidade da década de 1910, que comandaria a opinião pública na década de 1920.

Rio Branco, um estadista incontestado

A despeito da idolatria dos juristas e liberais por Rui Barbosa e do nunca acabado culto a Joaquim Nabuco, nenhum um nem outro conseguiu ainda, todavia, amealhar a unanimidade e prestígio granjeados pelo Barão do Rio Branco. A própria República Velha foi a primeira a apropriar-se de sua memória e entronizá-la como mito. O Estado desapropriou a casa em que nasceu para preservá-la para a posteridade; e batizou com o seu nome, sucessivamente, a principal artéria do Brasil, recém-construída, no coração do Rio de Janeiro; a capital do território por ele adquirido à Bolívia (o Acre); o próprio ministério das Relações Exteriores (“Casa de Rio Branco”); e o

instituto preparatório de diplomatas. Não satisfeito, o Estado ordenou a publicação de suas obras completas e criou uma condecoração com o seu nome. Por fim, o barão foi o único civil que, sem ter ocupado a chefia de Estado, figurou em todas as séries de cédulas emitidas pela Casa da Moeda desde 1913 até 1986 e só saiu de circulação devido à escalada inflacionária. Sua nota foi a única a se popularizar em função da personalidade que lhe emprestava a efígie, tendo se tornado hábito o emprego da expressão “um barão” para designar o valor de mil unidades monetárias. Já na primeira década do século XXI, na nova coleção de moedas, as de cinquenta centavos trouxeram-lhe de volta o perfil. Ainda hoje, sempre que se trata de avaliar a política externa brasileira, emprega-se, como critério de sua qualidade, a sua coerência ou incoerência relativamente aos padrões de excelência que teriam sido desenvolvidos pelo barão. Por que ocupa Rio Branco essa situação tão privilegiada no panteão nacional?

A principal das razões reside, como se sabe, no papel por ele desempenhado na tarefa de praticamente encerrar, com êxito, o processo de delimitação das fronteiras do país. Haja vista que o território é considerado o principal ativo de qualquer Estado, resguardar a sua integridade é o objetivo fundamental de qualquer política exterior. No caso brasileiro, esse processo se revestia de especial importância, haja vista o tamanho desmesurado do seu território e sua importância simbólica na construção de um imaginário de grandeza nacional vinculado às extraordinárias riquezas que ele supostamente albergaria. A intangibilidade do território garantia a identidade imperial brasileira e sua diferenciação continental, constituindo a mais segura garantia da glória futura de um país sabidamente pobre, ignorante e atrasado. Preexistente à independência, esse imaginário imperial brasileiro já estava presente nos projetos das elites luso-brasileiras e conformou o projeto nacional saquarema e sua política interna e externa.

O paradigma saquarema que orientava a política externa brasileira passava pela consolidação do espaço político nacional por meio do *uti possidetis*, pela livre navegação dos rios limítrofes pelos ribeirinhos e pelo equilíbrio de poder na região do Prata. Era o equivalente externo do paradigma saquarema interno, monárquico parlamentar unitário. Ambos se orientavam por um objetivo: a consolidação do Estado nacional contra a anarquia interna (os luzias) e externa (os caudilhos platinos). Seus principais artífices políticos, tanto em uma quanto em outra esfera, formaram três gerações de mestres

e discípulos: Bernardo Pereira de Vasconcelos, o Visconde do Uruguai e o Visconde do Rio Branco. Embora assentada em diretrizes preferencialmente pacíficas, aquela política saquarema admitia o recurso à intervenção militar para defender o território (como aconteceu nas décadas de 1850-1870), tanto quanto, no interior, admitia excepcionalmente o estado de sítio para garantir a ordem pública. Todas as questões diplomáticas, especialmente as de limites, haviam sido vivenciadas em casa pelo barão; ter de voltar a lidar com aqueles assuntos estava na sua segunda natureza. A ele tocou concluir semelhante tarefa: a de garantir a intangibilidade do território nacional (Lins, 1945; Viana Filho, 1967; Ricupero, 1995 e 2000). Esgotado o paradigma da política externa estabelecida pelos saquaremas da década de 1850, Rio Branco incumbiu-se de adaptá-lo aos novos e perigosos tempos de expansão da sociedade internacional, calçando-se na exploração pragmática do pan-americanismo estadunidense. Em síntese, pode-se afirmar que um dos principais motivos da unanimidade em torno de Rio Branco se deve à sua posição aparentemente anfíbia no panteão pátrio; oriundo da monarquia, ele é celebrado pela República; de formação realista, ele justificou idealisticamente suas ações.

Na verdade, é impossível compreender a visão de mundo e do Brasil cultivadas pelo Barão do Rio Branco fora do contexto da cultura política saquarema em que, desde o nascimento, estivera imerso e da qual sempre se sentira uma espécie de herdeiro e guardião. Toda a sua educação doméstica se fizera no convívio com os amigos do pai, todos – como ele mesmo – próceres do regime monárquico: Paraná, Uruguai, Caxias, Cotegipe, Eusébio, São Vicente e Itaboraí. Com eles, Paranhos Filho aprendeu a ver o mundo pelas lentes de um nacionalismo realista, quase hegeliano; para ele, as especificidades da formação nacional brasileira – um império territorial, no aspecto geográfico; uma monarquia unitária, na dimensão histórico-política – prediziam ao Brasil um futuro de grandeza que só lhe poderia ser arrebatado caso, a exemplo do que sucedera nos países vizinhos, a direção do Estado fosse tomada por politíqueiros mesquinhos, turbulentos e localistas. Seu proverbial gosto pela história e pela geografia, desenvolvido à sombra do trabalho do pai, não tinha outro móvel senão o de perpetuar a glória política e militar do Estado brasileiro, conduzido pelos saquaremas, contra a anarquia – fosse a exterior, produzida pelos caudilhos vizinhos; fosse a interior, produzida pelos caudilhos luzias. Não por outro motivo, resultante – a seu

ver – do conluio dos militares indisciplinados com políticos oportunistas e provincianos, o advento da república federativa no Brasil constituiu para ele – nas palavras de seu filho – “o golpe mais rude que meu pai sofreu em toda a sua existência” (Rio Branco, 1942, p. 104). Não podendo, porém, abandonar o serviço público em detrimento do sustento da família, e não tendo outra vocação que a de servidor público, Rio Branco permaneceu na diplomacia, carreira a que tinha resolvido dedicar a vida, treze anos antes.

Por esse ângulo, compreende-se o apelo emocional dos convites que lhe foram feitos pelos governos republicanos, primeiro, para representar o Brasil na resolução de seus problemas de fronteira; depois, para elaborar a política externa brasileira, já à frente do Itamaraty. A despeito do sacrifício envolvido, Rio Branco encarou tais desafios como oportunidades que lhe permitiriam contribuir para salvar a integridade territorial e o prestígio internacional do Brasil, interrompendo a rota decadencial descrita pela Pátria desde o 15 de novembro. Poderia ter dito, como Nabuco:

Eu quero viver até o fim, monarquista, mas quero morrer, reconciliado com os novos destinos do meu país. Nada podendo fazer pelo seu espírito, quero fazer pelo seu corpo, pelo seu território, e a fidelidade ao território, à integridade nacional, já é a divisa de uma geração (Fundação Joaquim Nabuco, s.d., s.p.).

Foi o que Rio Branco julgou fazer ao garantir a vitória do Brasil nas questões de limites com a Argentina e com a França. Para ele, “colocar as coisas nos eixos” significava retomar tanto quanto possível as tradições políticas da monarquia dentro do precário contexto da república federativa³. Esse foi o seu intento ao aceitar o oferecimento de Rodrigues Alves para que dirigisse a política externa do país. A elevação à Presidência da República de um conselheiro do Império, ex-colega seu do Partido Conservador, foi vista pelo barão como um acontecimento auspicioso, porque revelava a possibilidade de que velhos servidores pusessem a sua capacidade, a sua experiência e o

³ Assim, glorificado pelo desfecho da questão do Acre, Rio Branco se recusou a se vangloriar, ressaltando que o tratado havia sido benéfico para a Bolívia; que, se agora o Brasil obtivera uma expansão territorial, tal não ocorrera no caso das Missões e de Guiana Francesa, quando ele se limitara a manter “o patrimônio nacional dentro dos limites prestigiados por afirmações seculares de nosso direito”; por fim, que, nessa tarefa, ele, o barão, não fizera nada além de agir conforme “aconselhado em 1865 e 1866 por alguns dos mais notáveis estadistas brasileiros, como São Vicente, Uruguai, Jequitinhonha, Nabuco, Eusébio de Queirós, Tavares Bastos (...)” (Barão do Rio Branco apud Carneiro, 2003, p. 141).

seu nacionalismo, no quadro do novo regime, a serviço do soerguimento do país. Em outras palavras, tratava-se de pôr a experiência da monarquia a serviço da jovem república. Prestando, como ministro, os serviços que prestou, o barão poderia resgatar a glória de sua “família política” desaparecida, inscrevendo-se na linhagem dos grandes estadistas saquaremas e tornando-se digno da herança política de seu adorado pai (cujo enorme retrato por ele velava diante de sua mesa, no gabinete de ministro, no Itamaraty).

No entanto, o próprio êxito do barão na resolução das questões de limites e na salvaguarda da dimensão “imperial” do território brasileiro resultou, no primeiro decênio da República, no esgotamento do paradigma de política externa elaborada pelos saquaremas. Havia outras questões a considerar no cenário nacional e internacional, decorrentes das mudanças nas relações de poder, tanto no eixo das grandes potências quanto no subsistema americano. No plano exterior, a segurança nacional estava potencialmente ameaçada em duas frentes. No âmbito regional, ela se via confrontada pelo rápido crescimento da Argentina, cujo Estado se consolidara com um exército e uma armada novos em folha. No âmbito global, a segurança do Estado se via vulnerada pela escalada imperialista das potências europeias – França, Inglaterra e Alemanha – sobre territórios de outros continentes, ocupados por povos incapazes de se proteger. Enquanto isso, o Brasil estava longe de dispor de forças armadas numerosas, disciplinadas, treinadas e bem equipadas, condição indispensável para se garantir naquele contexto de perigos. Os conflitos internos ocorridos durante a primeira década do regime haviam-nas desmantelado. A repressão à Revolta da Armada, em 1893-1894, liquidara a frota e o oficialato da Marinha; ao passo que, arrostado por sucessivas dissensões partidárias, o Exército havia afinal se desmoralizado no vergonhoso episódio de Canudos.

Em um quadro adverso como aquele é que Rio Branco considerava as possibilidades de executar o seu plano de garantir a segurança nacional por meios diplomáticos e devolver o prestígio internacional do Brasil. Isso poderia ser feito, pensava ele, pela restauração da preeminência nacional no subsistema da América meridional e por sua projeção no âmbito de uma sociedade internacional então em vias de alargamento, que criava seus primeiros foros multilaterais nas conferências de Haia (Laidler, 2010). Naquele contexto de fraqueza brasileira, o saquarema Rio Branco lançou mão do repertório idealista em voga à época para veicular um discurso

compensatório: o do gigante benevolente. Em sua tranquila grandeza, o Brasil abria mão da agressividade expansionista típica dos demais países de vocação imperial para benevolmente fazer a apologia do pacifismo, da defesa da soberania dos pequenos, da fraternidade entre os povos etc. Bela forma de disfarçar a fraqueza do país real sob a aparência de força que lhe conferia o imenso território⁴.

Rio Branco também entendeu que poderia devolver ao Brasil a posição eminente que, segundo ele, o país ocupara à época de seu pai por meio de uma aproximação pragmática com os Estados Unidos. A “grande república do norte” começava a arrepiar carreira no seu imperialismo sobre a América Central e, valendo-se do pan-americanismo enquanto discurso de solidariedade continental, buscava no restante do continente reconhecimento de seu papel de liderança (Burns, 2003). Diante da desconfiança demonstrada pelas repúblicas hispânicas, aquela pareceu a Rio Branco uma oportunidade de que o Brasil deveria tirar proveito para se diferenciar dos vizinhos, estabelecendo uma relação privilegiada com Washington. Era o meio que lhe parecia mais adequado para recuperar com mais presteza e menor custo a aparência de hegemonia brasileira no subcontinente. Na tranquila confiança da própria grandeza, o Brasil enxergaria os Estados Unidos, não como uma força ameaçadora, mas como seu igual ou equivalente na América do Sul. Saudar o monroísmo como fórmula de solidariedade continental de modo sereno, sem reservas ou excessivo entusiasmo, permitiria resgatar para o Brasil a referida imagem nacional que havia sido veiculada sob a monarquia pelos saquaremas: a de um gigante benevolente, cuja maturidade, estabilidade e civilização contrastavam com os vizinhos da região, sempre envolvidos no torvelinho político e na bancarrota.

Além disso, o monroísmo pragmático de Rio Branco protegeria o Brasil das ameaças à segurança brasileira em duas frentes, a regional e a global. No plano regional, ele resguardava o país das aspirações à hegemonia continental por parte da Argentina, levando-o ainda a diferenciar-se positivamente dela, na medida em que esta adotava um discurso de enfrentamento face às grandes potências, e de defensora das repúblicas hispânicas. No plano global,

⁴ Muitas das providências destinadas a recuperar o prestígio declinante do Brasil republicano não estavam na alçada de Rio Branco: a estabilização política, o ajuste com os credores externos, a retomada do crescimento econômico, o reaparelhamento militar, o saneamento e a reurbanização da capital. Essas, porém, foram providências tomadas pelos governos de Campos Sales, Rodrigues Alves e Afonso Pena, e tiveram todo o seu apoio.

a impressão de uma “aliança não escrita” com os Estados Unidos resguardava a fronteira norte do Brasil do potencial expansionismo neocolonial dos franceses e britânicos, instalados em suas respectivas guianas, e preservava o sul das eventuais pretensões alemãs sobre os maciços contingentes daquela nacionalidade, que colonizavam Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Tudo isso, claro, na expectativa implícita de que a “república irmã” da América setentrional demonstrasse pelo “irmão” do sul, em público pelo menos, as mesmas considerações que este lhe dispensava.

O caráter pragmático de tal aproximação se tornou claro justamente quando, em um dos primeiros foros multilaterais em escala mais ou menos planetária (a Segunda Conferência de Haia), os Estados Unidos se filiaram à corrente de potências europeias que desejavam estabelecer a composição dos primeiros organismos internacionais, adotando como critério o escalonamento dos diferentes países conforme seus tamanhos e recursos. Essa circunstância, que reduzia o Brasil a um país de terceira ordem, atingia frontalmente a política de prestígio perseguida por Rio Branco, que preferiu romper com o alinhamento com Washington e liderar a bancada dos Estados pequenos, em um movimento de resistência à proposta que vilipendia suas soberanias. Posteriormente, no intuito de também prevenir desordens na América meridional que envolvessem em guerras os países da região e justificassem uma intervenção norte-americana, Rio Branco apelou para outras modalidades de articulação – dessa vez, com os vizinhos regionais. Evidência disso é a projetada aliança com a Argentina e o Chile pelo Tratado do ABC, celebrado depois de sua morte. Esta atitude pragmática de Rio Branco deixava sem dormir os brasileiros mais engajados na aliança norte-americana, o primeiro dos quais era o embaixador brasileiro em Washington, Joaquim Nabuco. “O Rio Branco é uma esfinge, creio que o foi para o pai e o é para os filhos, certamente o é para os íntimos e o terá sido para os colegas de gabinete e presidentes”, lamentava Nabuco. “Ninguém o penetrou nunca” (Nabuco, 1949, p. 262-263)⁵. Independentemente de se apurar a realidade

⁵ Ao contrário do que sustenta certa historiografia de que Bradford Burns se fez o arauto, Nabuco lamentava a negligência que o barão parecia frequentemente devotar à tese de uma aliança privilegiada do Brasil com os Estados Unidos: “O Rio Branco arrefeceu, e sinto que ele às vezes esquece este posto” (Nabuco, 1949, p. 321). O desejo de uma “aliança não escrita”, de completo alinhamento, parecia antes um anelo dele, Nabuco, do que do barão, conforme dava a entender em 1907: “Sinto que posso fazer ainda muito (...) pela aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, cuja aliança tenho como obrigação nacional por excelência do futuro, quando as circunstâncias tiverem amadurecido

ou aparência da elevação do prestígio do Brasil no plano internacional, o que é certo é que a opinião pública brasileira acreditava na realidade daquele processo e aplaudia a política externa do barão.

Outro fator que colaborou para a popularidade de Rio Branco Filho foi o seu decantado afastamento da política militante. No exercício de suas atividades, o barão sempre timbrou em repetir o mote do pai, o Visconde homônimo: em matéria de política externa, os interesses nacionais pairavam sobranceiros aos partidos: “Um país regularmente constituído e civilizado como o nosso”, afirmava o Visconde do Rio Branco, em 1862, “não pode sujeitar sua política externa aos vaivéns da política interna” (Rio Branco, 2005, p. 252). O que valia para o pai, valia para o filho: ao assumir o cargo de ministro, o barão frisava que só pudera prestar ao país seus serviços porque “defendia causas que não eram de uma parcialidade política, mas sim da Nação inteira” (Rio Branco, 1948, p. 52). Elaborada e executada pelo ministro e pelos diplomatas, a fim de servir o Brasil com desinteresse e patriotismo, a política exterior deveria prescindir de toda e qualquer ingerência por parte dos partidos públicos que dominavam a política interna. Objetivando garantir sua autonomia, na ausência do Poder Moderador e do Conselho de Estado, Rio Branco invocava a retórica “republicana” dos saquaremas, para quem a grande política nacional deveria ser formulada do alto, com os olhos fitos na pátria, sempre alheia aos interesses das facções: “Não venho servir a um partido político: venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado” (Rio Branco, 1948, p. 52)⁶.

Em meio a um regime político de caráter oligárquico, cuja classe política era vista pela opinião pública como provinciana, incapaz e parasitária, Rio Branco destoava por seus inegáveis predicados morais e intelectuais, seu patriotismo sem jaça, mas principalmente pelo seu alheamento face à “po-

essa ideia no espírito dos dois povos” (Nabuco, 1949, p. 292). Ora, se Nabuco suspirava por que um dia vingasse a aliança, era porque ela de fato ainda não existia, o que reforça a dimensão pragmática da política externa do barão: “Vá pensando em dar-me substituto”, escrevia ele a Rio Branco, “se nossa política externa passar por essa transformação de mudar o seu eixo de segurança dos Estados Unidos para o Rio da Prata” (Nabuco, 1949, p. 301).

⁶ Quando cogitado para encabeçar uma chapa de conciliação à Presidência da República, em meio à crise oligárquica que grassava em torno da sucessão de Afonso Pena, em 1909, Rio Branco rejeitou o apelo repetindo o mantra: “Há 34 anos separei-me das lides da política interna (...). Entreguei-me desde então ao serviço do país em suas relações exteriores porque, ocupando-me, na serenidade do gabinete, com assuntos ou causas incontestavelmente nacionais, eu me sentiria mais forte e poderia habilitar-me a merecer o concurso das animações de todos os cidadãos” (Rio Branco, 1948, p. 189-90).

liticalha” ou “politicagem” em que os demais políticos brasileiros pareciam chafurdar. Se tais aspectos lhe granjeavam o entusiasmo dos liberais que se opunham ao regime, em nada não desagradavam, por outro lado, o *establishment* conservador. Embora monarquista e unitarista, o barão era antes de tudo um conservador que, como tal, a tudo antepunha a defesa da ordem estabelecida e, com ela, a unidade nacional. Daí ter ele angariado quase unanimidade em uma época em que o regime republicano começava a atravessar grandes dissensões ideológicas. Rio Branco era, em uma palavra, insubstituível.

Visto como um monarquista que servia leal e apartidariamente a República, trazendo do regime extinto as virtudes cívicas de que o novo parecia carecer, Rio Branco já era considerado em 1909 o político mais popular do país. Prova disso foi a tentativa promovida por Rui Barbosa de elevá-lo à condição de *tertius* no processo de sucessão do Presidente Afonso Pena. Depois de enunciar os nomes de diversos próceres representantes das oligarquias estaduais que poderiam legitimamente se candidatar à presidência, Rui concluía a lista sugerindo o nome de Rio Branco, como o único de caráter *nacional* de que o Brasil dispunha naquele momento:

Este nome [Rio Branco] apresentei-o eu, ultimamente, como a solução nacional. E era! Um nome universal; uma reputação imaculada; uma glória brasileira; serviços incomparáveis; popularidade sem rival; qualidades raras; o hábito de ver os interesses nacionais do alto, acima do horizonte visual dos partidos; extremoso patriotismo; ardente ambição de grandes ações; imunidade e ressentimentos políticos, dos quais teve a fortuna de se preservar; uma entidade, em suma, a todos os respeitos singular para a ocasião, para o caso, para a solução providencial do problema. Era uma candidatura, que seria recebida nos braços da nação e levada por ela em triunfo à presidência. (...) Seria, portanto, no mais eminente grau, uma candidatura de conciliação (Barbosa, 1910, p. 104-5).

A transcrição da passagem em que Rui alude ao Ministro do Exterior ilustra o grau de popularidade atingido pelo barão no final de sua vida. Previsível, portanto, que a enxurrada de escritos sobre a sua vida, personalidade e ação política começasse antes de sua morte, em 1912. Não sendo possível arrolá-los todos, entre as centenas de artigos de jornal e revistas publicados nos últimos cem anos, limito-me aqui a enumerar apenas algumas das publicações avulsas que vieram a lume até a década de 1950. São elas: *Barão do Rio Branco*, de Matheus Martins (1911); *Barão do Rio Branco*

– notas políticas e biográficas, de A. Despanet (1911); *A memória sagrada do Barão do Rio Branco*, de Bernardino José de Sousa (1913); *Psicologia do Barão do Rio Branco*, de Liberato Bittencourt (1913); *Barão do Rio Branco*, do Coronel F. de Paula e Tenente-Coronel Jonas Correia (1941); *História do grande chanceler: vida e obra do Barão do Rio Branco*, de Paranhos Antunes (1942); *Reminiscências do Barão do Rio Branco*, por Raul Paranhos, seu filho (1942). Por ocasião do centenário de seu nascimento, o governo federal bancou a publicação de sua “obra completa” em nove volumes (homenagem que apenas Rui Barbosa mereceria nas décadas posteriores). Para precedê-la escreveu Araújo Jorge sua *Introdução às obras do Barão do Rio Branco* (1945). No mesmo ano saíram duas biografias: a “pequena” – *Pequena biografia do Barão do Rio Branco*, de Demóstenes de Oliveira Dias (1945) – e a grande, *Rio Branco*, em dois volumes, de Álvaro Lins (1945), a primeira do barão a que se pode chamar “clássica”. Nove anos depois veio a lume outra biografia, esta de Mário de Barros e Vasconcelos (1954); quatro anos, depois, saiu a segunda biografia “clássica” do barão: *A vida do Barão do Rio Branco*, de Luís Viana Filho (1958). Conforme referido, esse rol de obras publicadas sobre o barão nos 45 anos que se seguiram à sua morte sequer é exaustivo. No período posterior, ele só fez continuar a aumentar, a ponto de um recente levantamento efetuado por Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão, também despedido de pretensão exaustiva, ter arrolado com facilidade 150 textos mais ou menos relevantes sobre Rio Branco⁷.

A centralidade de Rio Branco e o os estudos sobre seu pensamento político

A despeito dessa massa incrível de bibliografia secundária, estudar o conjunto do pensamento político do Barão do Rio Branco é, para um politólogo, uma empreitada mais difícil do que parece. O culto à sua personalidade e os rios de livros escritos sobre ele contrastam com o desinteresse que a ela votaram os estudiosos do pensamento nacional. O nome do barão não consta em nenhuma lista de autores estudados nos cursos de pensamento político ou social brasileiro organizados em ciências sociais. E essa não é uma situação recente. Seu nome já não se encontrava entre os 71 autores brasileiros arrolados por Djacir Menezes (1972), ou entre os 53 elencados por Luiz

⁷ Disponível em: <http://www.baraoheroiediplomata.com.br/bibliografia.html>.

Washington Vita (1968). Nem a institucionalização das ciências humanas nas universidades e a emergência de um campo de estudos do pensamento brasileiro melhoraram a sorte de Rio Branco. Não se encontra o nome do barão entre os mais de 55 nomes representativos da cultura brasileira referidos por João Cezar de Castro Rocha (2003) nem entre os 28 “intérpretes do Brasil” listados por André Botelho e Lilia Schwarcz (2009).

As razões dessa falta são várias. A primeira reside na forma pela qual o pensamento brasileiro costuma ser ensinado no meio acadêmico. Por emulação do método autoral empregado pela filosofia, o pensamento brasileiro é estudado no âmbito das ciências sociais, de modo implícito ou explícito, como o equivalente nacional da “grande teoria” estrangeira, de natureza universalista e abstrata, ensinada pela leitura das obras canônicas de autores consagrados. Dado o subentendido paralelismo, os cursos de pensamento brasileiro repetem o modelo de suas matrizes, estruturando-se em torno dos livros paradigmáticos dos “grandes autores”, assim considerados pelos professores que os ministram. Nesse sistema de “um grande autor, um grande livro”, encontra-se em maus lençóis aquele cujo pensamento, primeiro, não se encaixe de modo evidente e cômodo na rubrica “sociologia” ou “política”; segundo, que não seja imediatamente apreensível pela leitura de um único livro de sua lavra. Está claro que o modelo para apreciação da “qualidade” do pensamento político continua, aqui, a ser aquele da filosofia⁸. Supõe-se assim que a qualidade da obra aumentaria na medida em que, para produzi-la, o autor se afastasse da ação para adotar uma posição contemplativa, e que ela pioraria caso ele adotasse uma posição ativa, enredando-se na política. Descartam-se discursos, artigos, cartas: somente um *great book* facultaria ao leitor acessar a reflexão “profunda” do “grande autor”. Não é por outro motivo que os sociólogos comecem seus cursos de “pensamento social no Brasil” com *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco (1883), ou *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana (1920), enquanto os politólogos o

⁸ Essa orientação foi sustentada por Maria Beatriz Nizza da Silva: “Um ofício ou uma carta ou um discurso não podem pertencer por suas características próprias, ao mesmo nível de análise que o tratado de direito constitucional ou o livro de economia política. O pensamento expresso no decorrer da ação, e intimamente ligado a ela, possui uma estrutura diversa daquela que se encontra subjacente numa obra, mesmo quando esta pode ser rotulada de ‘escrito de circunstância’”. O grau de coerência e densidade da reflexão política dependeria assim da maior ou menor dimensão contemplativa, isto é, distante da ação política: “Quanto maior for a participação que determinado autor tem nos eventos políticos de que foi testemunha, tanto menor será a sistematicidade das teses enunciadas ao sabor dos acontecimentos” (Silva, 1979, p. 93).

iniciem com *o Ensaio sobre o direito administrativo*, do Visconde de Uruguai (1862), e *A província*, de Tavares Bastos (1870).

Os autores que mais sofrem com esse esquema de organizar a disciplina do pensamento brasileiro são aqueles que atuaram em uma época em que os debates públicos ainda se travavam essencialmente por meio de discursos, artigos de jornais e opúsculos, ou que continuaram a atuar exclusivamente por meio deles, sem recorrer a um livro (ainda que fosse uma compilação de discursos ou artigos de jornal!). Para piorar a situação, habituados a buscar no pensamento político brasileiro um equivalente qualquer de uma filosofia ou teoria política, os politólogos ainda não adquiriram o costume de buscar eventualmente no interior de outras modalidades de narrativa, como a histórica.

Por esses motivos, parece-nos necessário relativizar o método filosófico de estudo dos “grandes livros” e aumentar o espectro de textos e autores a serem consultados, buscando compreendê-los, não como grande “teorias”, mas como veículos privilegiados por fornecerem um panorama intelectual de suas épocas. Como quer Pierre Rosanvallon, “se certos textos parecem cruciais, não é apenas porque são expressões do pensamento, mas porque eles representam a formalização de um momento histórico, político ou filosófico específico” (Rosanvallon, 2010, p. 46). Nessa perspectiva, não faz sentido deixar de examinar o pensamento de um autor relevante da cena política de seu tempo por não o ter exprimido em um “grande livro”. Uma vez que o objetivo aqui é o de compreender os intelectuais no seio de sua cultura política, é preciso atentar para “o modo de leitura dos grandes textos teóricos, a recepção das obras literárias, a análise da imprensa e dos movimentos de opinião, o destino dos panfletos, a construção dos discursos de circunstância” (Rosanvallon, 2010, p. 86). Como corolário dessa premissa metodológica, além de abandonar o enfoque puramente filosófico para contextualizar as “grandes obras”, o estudioso do pensamento brasileiro deverá eliminar, por vazias de sentido, distinções entre categorias de publicações, tais como *panfleto*, *discurso*, *opúsculo*, *tratado*, *manual*. Não é possível, a partir dessas distinções, deduzir a “melhor” ou “pior” intenção de seus autores, *vis-à-vis* uma concepção idealizada do que fosse um “bom” debate político, “equilibrado”, a ter lugar entre pensadores axiologicamente “neutros”. A seleção de textos representativos de um pensamento político, inevitavelmente vinculado à prática, deve ser orientada de modo a destacar

aqueles que tenham exprimido os modos de representação da política do tempo em que foram escritos. Se fosse privilegiado o caráter “científico” desses textos, provavelmente se trataria de um curso de pensamento *politológico* e não de pensamento *político*.

Uma segunda razão para o desinteresse pelo estudo dos escritos deixados pelo barão reside no fato de que, até recentemente, prevaleceram métodos ou abordagens não politológicas, mas filosóficas ou socioliterárias, do pensamento político brasileiro. Nas décadas de 1940 e 1970, os estudos foram dominados por filósofos como Miguel Reale, que buscavam, dentro das limitações da época, identificar os traços de uma filosofia na produção cultural brasileira para fins de uma história da filosofia no Brasil. Reunidos no Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), integravam o grupo de estudos da história da filosofia brasileira, além do próprio Reale, Luís Washington Vita, Roque Spencer Maciel de Barros, Antônio Paim e outros, que não se esquivaram de examinar o pensamento político brasileiro sob o ângulo de uma “filosofia política brasileira”. O lugar aí ocupado pela política, porém, era relevante. Situação diversa daquela que passou a prevalecer nas décadas subsequentes, no domínio das ciências humanas, quando o enfoque essencialmente culturalista inaugurado pela socioliteratura de Antonio Cândido foi abraçado pelos praticantes da história social e da sociologia dos intelectuais. Nesse oceano de materiais integrante do “pensamento social no Brasil”, entendido como área de estudos da cultura brasileira, majoritariamente interessado no tema da nossa identidade social, o pensamento político se acha em uma posição secundária.

Uma abordagem propriamente politológica no campo acadêmico, vinculada diretamente à área da teoria política, surgiu nas décadas de 1970-1980, graças à famosa pesquisa realizada por Wanderley Guilherme dos Santos (1978) na esteira dos estudos efetuados nas décadas anteriores por Guerreiro Ramos (1962 e 1997). No entanto, naquela transição para a democracia, os estudos dos politólogos na área foram praticamente restritos ao âmbito do chamado “pensamento autoritário brasileiro” produzido nas décadas de 1920-1945; na década de 1990, estenderam-se, devido aos esforços de José Murilo de Carvalho, ao período do Império. A Primeira República ainda é, porém, um terreno por se explorar. Exceção feita a Alberto Torres – e mesmo assim, pela inglória fortuna de ser incluído como precursor do “pensamento autoritário” –, permanece na penumbra o pensamento político do período,

especialmente entre 1900 e 1920. Pouquíssimos politólogos têm a pachorra de enfrentar os debates políticos de uma época em que a ausência de partidos dificulta a identificação dos grupos ideológicos e em que os problemas políticos, eminentemente institucionais e econômicos, eram travados em linguagem jurídico-constitucional.

Um terceiro complicador para o estudo do pensamento político do barão se encontra na compreensão que têm de sua disciplina os estudiosos do pensamento político brasileiro. Por influência daqueles que consideram o nosso pensamento pelo ângulo de uma *sociologia da cultura brasileira*, persiste a ideia de que o nosso país é uma espécie de enigma a ser desvendado e que o estudo do pensamento produzido por seus intelectuais constituiria um meio privilegiado de desvendá-lo. Em que pesem as propaladas vantagens do “diálogo interdisciplinar”, os resultados dessa “colonização” do pensamento político brasileiro pelos sociólogos e historiadores da cultura têm revelado alguns aspectos contraproducentes para os politólogos, porque os afastam de acompanhar os avanços da disciplina de teoria política relativos aos novos problemas de fundo e às novas questões metodológicas nela travadas. Da mesma forma, aquilo que compõe mais especificamente o domínio do político, com seus problemas de organização e desenvolvimento político, tende a ter seu valor diminuído em proveito daquilo que não é político, mas sim “social”, ou “cultural”, no pressuposto implícito de que, do contrário, a reflexão seria despida de valor. Ora, o diálogo interdisciplinar no campo do pensamento brasileiro só tem como ser produtivo na medida em que, para além do terreno comum relativo à “cultura brasileira”, todas as suas subáreas – o político, o sociológico, o antropológico, o literário, o econômico – se desenvolvam de modo autônomo, acompanhando os progressos metodológicos e substantivos de seus respectivos domínios teóricos.

Por enquanto, no campo da política, a obsessão pela identidade nacional se reflete na preferência esmagadora dos acadêmicos pelo pensamento político concernente à política interna: só ela nos revelaria os “segredos” da nossa formação nacional. Quase todos os estudos cuidam assim da construção do Estado, das disputas em torno dos melhores arcabouços institucionais, das justificativas para nossos intervalos autoritários e modernizadores, das relações entre Estado e sociedade, da natureza do processo de apropriação e aclimação das ideias estrangeiras. Raros são os estudos de pensamento político comparado, e nem se suspeita da existência de um *pensamento*

internacional brasileiro, terreno virgem onde se poderiam examinar os escritos deixados ao longo dos últimos duzentos anos por diplomatas como o Visconde do Rio Branco, Francisco Otaviano, o Barão de Cotegipe, Oliveira Lima, Otávio Mangabeira, Osvaldo Aranha ou Afonso Arinos. Embora praticada por alguns historiadores das relações internacionais, semelhante pesquisa é inexistente no campo das ciências sociais. Mesmo para os internacionalistas, trata-se de uma disciplina por ser constituída, que ainda não tem sequer nome de batismo⁹. Essa é uma dificuldade adicional, claro, para compreender o pensamento de Rio Branco em matéria de política externa.

A quarta dificuldade a ser enfrentada pelo politólogo interessado pelo pensamento do barão se encontra no caráter pragmático de seus escritos, que primam pela ausência de pensamento especulativo. Sejam de natureza histórica ou política, é difícil neles encontrar considerações de caráter abstrato a respeito de qualquer assunto ou referências a autores sobre cuja autoridade o barão se apoiaria¹⁰. Seguindo o estilo historista da época, o barão escrevia seus trabalhos históricos com impressionantes objetividade e brevidade a fim de angariar fama de “historiador profissional”. Isso não quer dizer que seja impossível identificar ideologicamente o pensamento histórico do barão, que pode ser reconstruído “a partir dos resultados, pelas conclusões estabelecidas, pela síntese elaborada, pelos procedimentos empregados e mesmo pelo silêncio do autor em relação a determinadas situações” (Wehling, 2012, p. 324-5). Ciente de que, conforme afirmava Freeman, “a história é a política no passado e a política é a história no presente” (apud Burrow, 1983, p. 164-5), Rio Branco não se eximia de narrá-la dentro dos cânones da historiografia “saquarema”, na medida em que aceitava os pressupostos do projeto impe-

⁹ O que se começa a estudar é o chamado *pensamento diplomático brasileiro* – nome infeliz, porque restringe o campo de autores à esfera dos diplomatas, ignorando o fato de que pensar o lugar do Brasil no mundo não é exclusividade deles e deixando de fora, pela lógica, autores como Manuel Bonfim, Alberto Torres, Sílvio Romero e tantos outros.

¹⁰ O problema referido serviu inclusive recentemente de mote para Arno Wehling abrir um artigo sobre o pensamento historiográfico do Barão: “Como tratar do pensamento histórico no Barão do Rio Branco, se ele não nos deixou reflexão sobre o tema e se boa parte de sua obra intelectual fez uso da história e também da geografia, como ponto de apoio para teses pragmáticas, de natureza política e diplomática?” (Wehling, 2012, p. 323). Sugere José Honório que a historiografia política de Rio Branco apresenta semelhanças com aquela de Cambridge, representada por autores como Seeley e Acton, mas também com o historicismo alemão descendente de Ranke: “O impacto que consagrou sua vida à história, a paixão pelas efemérides e pela história militar e a justificação histórica da expansão brasileira denotam uma ideologia histórica correspondente às teorias alemãs e inglesas” (Rodrigues, 2003, p. 150).

rial brasileiro e enfatizava o papel desempenhado pelos conservadores na consecução dos interesses nacionais nele prefixados.

O mesmo pragmatismo caracteriza os escritos políticos do barão, nos quais não se encontram opiniões de publicistas ou teóricos. Aparentemente, Rio Branco adotava o conservadorismo prescritivo aprendido no convívio doméstico e público com os próceres saquaremas. Para além da filiação genérica aos parâmetros “civilizados” (invariavelmente europeus), para o barão, cada país tinha, *uti singuli*, o seu próprio modo de viver as suas instituições políticas. Era preciso seguir a Constituição brasileira, sem preocupações com as novidades estrangeiras; as instituições deveriam ser vivenciadas empiricamente, respeitando-se as praxes assentadas no decorrer do tempo e adaptando-as quando as circunstâncias mostrassem a sua conveniência. A alternativa a esse nacionalismo conservador, que procurava guardar a especificidade do próprio país no mundo, era um liberalismo cosmopolita que Rio Branco reputava dissolvente dos costumes pátrios, que dava pouca atenção à experiência e que, por isso mesmo, ameaçava a nação com uma fútil desordem¹¹. Uma nação preocupada em modificar as instituições pela importação das novidades oriundas de outros países revelava imaturidade e, portanto, falta de autonomia intelectual¹².

¹¹ Isso não quer dizer que os saquaremas fossem avessos às mudanças. Muito pelo contrário, muitas vezes influenciados pela “filosofia política” do Visconde de Uruguai, eles eram os primeiros a reconhecer a sua necessidade, ainda quando dela desgostassem, por verem, na alternativa da inércia, um potencial de males ainda superiores. Dessa filosofia, deixou ilustração o senador saquarema Francisco de Sales Torres Homem, Visconde de Inhomirim, ao posicionar-se no Conselho de Estado favoravelmente à necessidade de intervenção do Estado para encaminhar a abolição da escravatura no Brasil: “Nas grandes reformas, em que, para assim exprimir-se, se altera uma antiga ordem das coisas pelos seus fundamentos, o maior inimigo que encontra o legislador é a lógica. Esta quer todas as consequências rigorosas de seus princípios. Entretanto, as condições práticas do meio social, em que vai operar-se a reforma, as não admite em toda essa extensão. É forçoso conciliar o rigor dos princípios com os interesses legítimos e respeitáveis que eles encontram em sua aplicação, e evitar os azares de uma solução radical e inexoravelmente lógica. Aos que se mostram adversos a qualquer reforma, cumpre em tais casos opor a necessidade de escolher entre os males do presente, que são maiores, e os inconvenientes próprios do remédio que os aplica, tão atenuados estes quanto razoavelmente seja possível: a questão consiste em preferir um mal menor a um mal maior. (...) Cumpre escolher o mal menor, pois a continuação absoluta do *status quo* também é perigosa e muito mais perigosa, além de não ser compatível com as luzes do século e de nossa civilização, já muito adiantada” (Atas do Conselho de Estado, 2 abr. 1867, s.p.).

¹² Em suas recordações do pai, Raul do Rio Branco tece algumas considerações a esse respeito: “Era meu pai de opinião que cada país, quando verdadeiramente independente no ponto de vista político e cultural, deve formar, por si mesmo, suas instituições políticas e administrativas. O temperamento do povo, mesmo dos que são vizinhos, varia infinitamente; e as instituições que convêm a uns não se adaptam a outros, por aproximada que seja essa adaptação” (Rio Branco, 1942, p. 115-6).

Uma quinta dificuldade no exame do pensamento do barão reside no fato de que, desde que passou a integrar o corpo diplomático, em 1876, ele começou a ocultar suas preferências ou convicções políticas. As circunstâncias que envolviam sua dependência do serviço público, por falta de outros recursos financeiros, levaram-no a afetar um governismo de funcionário em matéria de política interna. Isso não quer dizer que Rio Branco não possuísse ideias bastante claras sobre o Brasil, o seu destino histórico e a política mais adequada para cumpri-lo, que possam ser detectadas e descritas pelo estudioso. À parte a correspondência epistolar de caráter privado, em que exprimia suas ideias com franqueza, o barão desenvolveu algumas estratégias para veicular seus pontos de vista publicamente, sem arcar com o ônus da responsabilidade por elas. Embora evitasse comprometer a sua “imparcialidade” pela emissão de juízos de valor explícitos quando se tratava de narrar a história nacional, Paranhos Jr. nelas transcrevia opiniões emitidas por outros autores, geralmente prestigiosos, que expressavam o próprio ponto de vista. O artifício era engenhoso: não apenas ele punha a própria opinião na boca de outrem, como essa boca era quase sempre a de um “sábio estrangeiro”, francês – aspecto que, no entender do barão, incrementava a capacidade persuasória do testemunho transcrito junto ao leitor de um país periférico como o Brasil. Foi de artifícios tais que ele se valeu em obras históricas como *Esboço de história do Brasil* e as *Efemérides brasileiras*.

Já nas obras de cunho político e, portanto, polêmico, Rio Branco preferia recorrer a pseudônimos ou se valer de *laranjas*. Isso veio a acontecer de pelo menos duas maneiras. Na primeira, ele ocultou a sua pessoa ao recorrer ao nome de um conhecido, Benjamin Mossé, para publicar *Vida de Dom Pedro II, imperador do Brasil*, verdadeiro libelo em defesa do Império às vésperas da derrocada¹³. Na segunda, Rio Branco colaborou tão intimamente para os escritos políticos de Eduardo Prado – fornecendo-lhe argumentos, impressões, dados estatísticos, informações históricas –, que é impossível não pensar que as obras monarquistas do grande amigo, que era seu fervoroso admirador, não lhe vocalizassem os pensamentos¹⁴. Com efeito, nas obras

¹³ Escreveu Rio Branco a Nabuco: “O homem [Mossé] é um testa de ferro de que me servi para dizer à nossa gente o que penso com mais liberdade, e não ficar com a fama de incensador de poderosos” (Viana Filho, 1967, p. 156).

¹⁴ Foi por volta de 1887 que Rio Branco se tornou amigo de Eduardo Prado, quinze anos mais novo que ele. Residentes em Paris, ambos tornaram-se amigos íntimos. O barão teria incutido em Eduardo Prado “o gosto dos estudos históricos, e não raro, à noite, enquanto este concluía algum trabalho, Prado,

mais famosas de Prado, como *Destinos políticos do Brasil* (1889), os *Fastos da ditadura militar no Brasil* (1889-1890) e *A ilusão americana* (1893), encontram-se opiniões e concepções idênticas àquelas manifestadas pelo barão em seus escritos antes da queda do Império e, depois dela, em sua correspondência particular¹⁵.

Nesse quadro de desinteresse dos sociólogos e politólogos, são os historiadores e os internacionalistas que têm mostrado maior familiaridade com alguma coisa que se possa chamar de “pensamento político” do barão. Cumpre conhecer o seu trabalho para, a partir dele, apreender o que há de mais importante ou atual na área. Sem dúvida, há historiadores das relações internacionais, como Bradford Burns e Clodoaldo Bueno, que estudaram com afinco a política exterior da Primeira República, destacando o consulado de Paranhos Júnior (Burns, 2003; Bueno, 2003). No entanto, o que parece ter prevalecido é uma divisão do trabalho que respeitava as especialidades acadêmicas: história, de um lado, e relações internacionais, de outro. Os historiadores que se interessaram pela obra do barão, como José Honório Rodrigues e Francisco Iglesias, limitaram-se ao exame da produção histórica, deixando de lado os discursos políticos e a produção jornalística (Rodrigues, 1988, p. 59-70; Rodrigues, 2003, p. 141-55; Iglesias, 2000, p. 111-2). Já os internacionalistas, como Rubens Ricupero, Letícia Pinheiro e Alessandra de Mello e Silva, focaram em sua atuação diplomática, ignorando, porém, sua produção como historiador; além disso, eles se servem dos discursos políticos

numa familiaridade que lhe era peculiar, folheava livros ou mapas, até que, já alta madrugada, se via advertido do adiantado da hora” (Viana Filho, 1967, p. 144). É também reproduzido o testemunho de Domicio da Gama, anos depois, recordando aquele tempo, diante do antigo apartamento de Prado na rua de Rivoli: “Era o tempo da amizade fraternal [de Prado] com o Barão. O Prado e o Barão eram inseparáveis. Dia e noite juntos. Nunca vi duas pessoas se entenderem melhor” (Viana Filho, 1967, p. 153). Sustenta Cândido Mota Filho que “Rio Branco não só participava dos sentimentos de Eduardo Prado, mas também lhe estimulava a ação jornalística. Possivelmente os seus artigos eram antes discutidos nos serões de Auteuil, nas reuniões em casa de Rio Branco, onde Eduardo vivia em intimidade, como se estivesse em sua própria casa. Estão no Instituto Histórico alguns documentos que mostram a colaboração do Barão do Rio Branco em *Fastos da ditadura militar no Brasil*” (Mota Filho, 1967, p. 80). *Ao tomar conhecimento da morte precoce de Eduardo, o barão escreveu: “Sinto a morte de Eduardo como se fora a de um filho meu”* (Viana Filho, 1967, p. 336).

¹⁵ Registre-se, porém, que Joaquim Nabuco também acreditava ter exercido influência sobre Eduardo Prado para a confecção de *A ilusão americana*. Em seu diário, anotou: “*A ilusão americana*, o livro de Eduardo Prado, que eu tantas vezes disse que ia escrever, o que será? O meu era antes – A perda de um continente. Expus-lhe, porém, por vezes as linhas gerais e disse-lhe que desejava que alguém o fizesse. É um gênero de propaganda em que há muito o que fazer” (Nabuco, 2005, II, p. 88). Seja como for, por esse tempo, ambos os monarquistas, Nabuco e Rio Branco encontravam-se em completa coincidência de vistas no modo crítico de considerar a República e sua política até então.

de modo instrumental para ilustrar ou corroborar as hipóteses desenvolvidas a partir do exame da atuação política concreta (Ricupero, 1995 e 2000; Pinheiro, 2004; Mello e Silva, 1996). É de se lamentar que os resultados de tais trabalhos – por parte dos historiadores e dos internacionalistas – tenham ficado compartimentados, sem deles resultar uma exposição sistemática do pensamento de Rio Branco.

Nos últimos anos, uma nova geração tem trabalhado para romper com tal divisão do trabalho, debruçando-se sobre o debate em que Rio Branco estava imerso e sobre suas contribuições para a formação de certa “ideia de Brasil”. Entre os historiadores, encontram-se Fernando Luiz Vale Castro (2008) e Luís Cláudio Villafañe Santos (2010 e 2012). Arno Wehling e Villafañe Santos têm buscado apreender o pensamento político de Rio Branco a partir das opções historiográficas e estratégias narrativas adotadas em suas obras históricas (Wehling, 2012; Santos, 2011). Animador é perceber o mesmo esforço por parte de politólogas competentes como Gabriela Nunes Ferreira, Fernanda Lombardi e Rossana Reis (Ferreira, Fernandes e Reis, 2010). Por outro lado, os resultados desses trabalhos permanecem parciais na medida em que ainda não se buscou uma reconstituição do pensamento de Rio Branco a partir do conjunto de sua obra. Continuam ignoradas enquanto fontes as três biografias (Rio Branco, 1947), as notas à obra de Louis Schneider (2009) sobre a Guerra do Paraguai, os artigos publicados na imprensa, quando defendia o gabinete chefiado pelo pai, na primeira metade da década de 1870, e as *Efemérides brasileiras* (Rio Branco, 1946). Permanecem subutilizados os verbetes produzidos em 1889 para a *Grande Enciclopédia* de Levasseur, que versam sobre antropologia, expedições científicas, governo e administração, imigração, instrução, imprensa, belas-artes, indústria, comunicações, assistência pública e finanças (Levasseur, 2000). Não é possível passar ao exame da política externa de Rio Branco sob a República sem antes resolver os problemas relativos às insuficiências percebidas do exame da sua produção no período da monarquia. Do contrário, não será possível perceber em que medida a sua formação saquarema teve de se adaptar para dar conta do novo contexto em que foi chamado a atuar na República, marcado, no plano interno, pela ausência do Imperador, do Conselho de Estado e da centralização política; e, no externo, pelo esgotamento do paradigma da política exterior desenvolvido pelo Visconde do Uruguai e seguida pelo seu pai, o Visconde do Rio Branco.

Resolvidos os problemas referentes ao resgate da formação monárquica do barão, a primeira tarefa do estudioso do pensamento do barão seria a de conhecer o estado da discussão entre os internacionalistas e historiadores das relações internacionais acerca do tipo de política externa desenvolvida pelo barão.

A esta altura nos deparamos com o sexto e último ponto ou dificuldade com que a pesquisa se deparará: o completo desacordo entre os internacionalistas a respeito da natureza realista, idealista ou racionalista da política externa desenvolvida por Rio Branco à frente do Itamaraty. De um lado, as pesquisadoras Alexandra de Mello e Silva e Letícia Pinheiro qualificam-na como tipicamente “realista”. Para a primeira, o barão guardava “uma concepção realista das relações internacionais, vistas como arena na competição anárquica entre estados soberanos, e em que a soberania tem necessariamente que repousar nos recursos de poder – materiais e/ou simbólicos – de que cada Estado dispõe” (Mello e Silva, 1996). Para Mello e Silva, Rio Branco entendia que a política exterior deveria ser conduzida com base em diretrizes que capacitassem o Estado a alcançar os objetivos que formavam o seu interesse nacional a partir de um cálculo de maximização dos benefícios e minimização dos riscos, o que atendia tanto ao preceito da prudência na formulação quanto ao requisito de êxito na execução. Letícia Pinheiro secunda o entendimento da colega quando sustenta que o realismo do barão criou escola na nossa política externa: “Através de uma concepção de caráter mais realista sobre os arranjos de poder no cenário internacional e das oportunidades colocadas para países periféricos como o Brasil, Rio Branco deu início à formulação de uma alternativa de inserção internacional que acabaria por se constituir num verdadeiro paradigma de política externa” (Pinheiro, 2004, p. 14). Essa visão da política do barão como realista foi, porém, contestada recentemente por Gustavo Sénéchal de Goffredo Jr. Munido do instrumental disponibilizado por Hedley Bull, Goffredo Jr. envida esforços para nuançar o propalado realismo da política de Rio Branco, destacando seus aspectos “racionalistas”. Segundo o autor, haveria “uma evidente tensão, ou ambiguidade, na forma como Paranhos percebe a importância das articulações no contexto multilateral, que é o lócus privilegiado da afirmação da tradição grotiana” (Goffredo Jr., 2005, p. 49). Teria sido nos elementos de cooperação e valorização do direito internacional que os sucessores de Rio Branco, segundo Goffredo Jr., teriam se amparado para desenvolverem

uma política externa brasileira baseada no pacifismo e no recurso ao direito e à cooperação internacional.

Como se não bastasse tal dissenso, uma pesquisa preliminar sobre as opiniões expressas pelos contemporâneos do barão indica que nenhum deles daria ganho de causa nem a Mello e Silva e Pinheiro, nem a Goffredo Jr. Para eles, a política externa de Rio Branco não havia sido realista, muito menos racionalista, e sim idealista! Em 1907, ao saudar o barão na Faculdade de Direito de São Paulo, o mineiro Pedro Lessa, ministro do Supremo Tribunal Federal, tecia-lhe as seguintes considerações: “A vossa missão tem sido uma obra contínua de paz e de progresso, sem uma só cogitação egoística, sem rivalidades nem exclusões, sem o mais leve deslize da ética internacional” (Lessa, 1916, p. 45). A atuação de Rio Branco à frente da diplomacia brasileira enchia a nação de orgulho:

Nunca, em época nenhuma da história, com tanta largueza de vistas e elevação de sentimentos, com tão justa compreensão da solidariedade dos interesses dos Estados e um tão sincero afã de estreitar a amizade e a confraternização dos povos, houve um país que tão nobres esforços empenhasse, pela ideia e pelo fato, em prol das relações internacionais, como o Brasil sob a direção do grande estadista que hoje nos honra com a sua visita (Lessa, 1916, p. 48).

A opinião entusiástica de Pedro Lessa estava longe de ser isolada: era uma unanimidade. Em 1913, em artigo, o ministro do Supremo Tribunal Militar Arthur Pinto da Rocha escrevia que a política externa de Rio Branco provava “que o Direito Internacional não é uma utopia, nem os canhões dos exércitos e das esquadras representam a *ultima ratio*, na decisão das contendas entre os Estados soberanos” (Rocha, 2002, p. 56). O barão pusera o seu país na vanguarda da civilização; o Brasil passara a ser “a primeira entidade política do planeta que fez das imposições da moral a sanção do direito internacional, quando ainda ao alvorecer do século XX, a velha Europa, talvez por uma revivescência atávica do feudalismo, legislava para a guerra, no seio da Conferência da Paz!” (Rocha, 2002, p. 57). O sóbrio Pandiá Calógeras, embora preocupado em apontar a dimensão prática da política do barão, estava longe de negar-lhe o seu alcance idealista: Rio Branco “pensava como idealista e da mesma sorte inspirava a sua ação” (Calógeras, 2002, p. 211-2). A posteridade não hesitaria em repetir-lhe o elogio: com “seu pacifismo, seu

senso de justiça internacional”, Carlos Delgado de Carvalho justificava em 1959 o epíteto por que Rio Branco haveria de ser lembrado: o de “chanceler da paz” (Carvalho, 1959, p. 255). Ninguém, porém, foi tão longe para afirmar o caráter essencialmente idealista, universalista, kantiano da política de Rio Branco, que o uruguaio José Enrique Rodó, o célebre autor de *Ariel* – o mais importante libelo em louvor da suposta cultura humanista latino-americana contra a igualmente suposta cultura realista, pragmática e mercantil anglo-saxã. Para Rodó, Rio Branco era a encarnação por excelência do idealismo; o mais extraordinário anti-Maquiavel já produzido pela América Latina:

Impressão original e complexa a grandeza desse homem! (...) Por sua maneira incruenta e puramente intelectual como realizou seus triunfos, provoca esse outro gênero de admiração que se consagra às sumas personificações da habilidade e da arte diplomáticas, aos entendimentos calculadores e sutis, mestres no manejo dos homens, cujo tipo deu o grande florentino do Renascimento, substituindo, à supremacia da força bruta, os recursos da inteligência convertida sem meio de ação e de domínio. Mas pelo espírito e lealdade, de retidão, de nobreza – e, em ocasião gloriosa, de alto desinteresse nacional –, que presidiu a sua obra patriótica, desperta um sentimento semelhante ao que nos detém diante dos grandes idealistas, diante dos homens de gênio humanitário, ativos órgãos do bem e educadores do sentido moral dos povos (...). Sua significação americana, sua significação universal, hão de se projetar na história por um caráter de iniciação, antitético e complementar àquele a que se vincula o livro de *O príncipe* (Rodó, 2002, p. 211).

Isso não quer dizer, evidentemente, que devemos aceitar a tese de que Rio Branco fosse idealista. O que se pretende mostrar aqui é que o completo desacordo a respeito das características da política externa do Barão do Rio Branco – e, portanto, de seu pensamento internacional como práxis – já é suficiente para justificar uma abordagem renovada de seu pensamento, destinada a investigar os fundamentos dessas diferentes interpretações.

Possibilidades para uma nova abordagem do pensamento do Barão

Resulta claro, pois, que o politólogo interessado em reconstituir de modo abrangente o pensamento de Rio Branco enfrentará um pesado desafio. Do ponto de vista metodológico, seria preciso adotar uma abordagem histórico-intelectual comum, capaz de dar conta de todos os seus textos, independentemente de sua natureza disciplinar ou temática, que permitisse interpretá-los

à luz do seu quadro intelectual em geral e do seu contexto político-partidário em particular. A tarefa seguinte passaria por estruturar o estudo em torno de um problema intelectual substantivo, relativo ao dissenso a respeito do caráter idealista ou realista do pensamento de Rio Branco, e que antecipa as complicadas relações entre sua formação monárquica e conservadora (saquarema) e o ambiente político-intelectual republicano e liberal (luzia) no qual ele teve de desempenhar seu papel de formulador da política externa brasileira. Dali por diante, proceder-se-ia ao trabalho de, ignorando barreiras disciplinares, efetuar o levantamento ordenado de seus textos jornalísticos, seus discursos sobre política e seus textos de natureza histórica, tanto no período do Império quanto no da República. Paralelamente, seria preciso reconstituir, tanto quanto possível, suas eventuais filiações ideológicas e doutrinárias naqueles dois domínios, seja no nível dos países centrais (Burke? Hegel? Ranke?), seja naquele da cultura brasileira de seu tempo (Vasconcelos? Uruguai? Varnhagen?).

Esses procedimentos poderiam se desdobrar em quatro partes, na forma seguinte:

Idealismo e realismo no pensamento político. Em primeiro lugar, a investigação deveria enfrentar o problema das categorias analíticas (idealismo e realismo) capazes de orientar o enquadramento das fontes primárias. Para tanto, em primeiro lugar, deve-se compreender os conceitos de *realismo* ou *hobbesianismo*; *idealismo*, *kantismo* ou *utopismo*; *racionalismo* ou *grocianismo* empregadas pelos internacionalistas – Edward Carr, Hans Morgenthau, Raymond Aron, Martin Wight e Hedley Bull, respectivamente –, examinando suas semelhanças e diferenças. O passo seguinte seria o de demonstrar a afinidade dessas categorias com aquelas empregadas pelos politólogos brasileiros – Oliveira Viana, Guerreiro Ramos, Wanderley Guilherme dos Santos e Gildo Marçal Brandão – para ordenar os nossos próprios pensadores em “famílias intelectuais” (*idealismo utópico*, *ingênuo*, *doutrinário* ou *constitucional*; *idealismo orgânico*; *pragmatismo crítico*; *autoritarismo instrumental*). Para unificar as duas diferentes ordens de categorias, seria provavelmente necessário remontar ao momento de sua formulação primeira, na virada do século XVIII para o XIX, por parte de autores como Kant e Hegel. O intento aqui seria o de redefinir o conteúdo dos conceitos de idealismo e realismo, lidos à luz da filosofia da história, de modo a aplicá-los na análise do pensamento político, internacional ou nacional, produzido no perío-

do¹⁶. Em segundo lugar, trabalhar-se-ia com a hipótese de que a confusão reinante na caracterização da política externa do Barão (e, por extensão, de seu pensamento) decorre do emprego indistinto daquelas categorias pelos analistas, no propósito, porém, de qualificar fenômenos diferentes, a saber: a *visão de mundo* dos atores políticos; os *propósitos ou intenções* que precedem suas decisões; e as *justificativas públicas* por eles fornecidas. Inevitável aqui proceder a alguma digressão sobre a natureza interativa da ação e do discurso político a fim de evitar qualquer explicação dicotômica e maniqueísta entre verdade e mentira, máscara e essência, instrumento e substância.

Um realismo brasileiro: a política externa saquarema dos Viscondes do Uruguai e do Rio Branco. Diversamente do que sustenta a tese consagrada por Amado Cervo, segundo a qual não havia divergência na condução da política externa do Império (Cervo, 1981, p. 11-2), essa abordagem renovada do pensamento do barão deveria trabalhar com a hipótese de que, ao menos no plano ideológico, as divergências entre luzias e saquaremas no plano da política interna se refletiam também no plano internacional. Seria preciso descrever aqui o movimento regressista, encabeçado por Bernardo Pereira de Vasconcelos em 1837, acompanhado da visão “realista” de mundo e, nele, do Brasil, compartilhada pelos próceres conservadores, e no bojo do qual se forjou o paradigma saquarema da política externa brasileira, na passagem da década de 1840 para a de 1850. A partir de uma identidade nacional brasileira elaborada como um império monárquico constitucional lusófono engravado na América, cercado de repúblicas hispânicas caudilhescas e turbulentas, teria se justificado, como o interesse vital brasileiro, a preservação da integridade do território herdado da colonização – que era aquilo que, acima de tudo, lhe conferia a dimensão imperial e lhe garantia um futuro de grandeza.

Seria preciso igualmente mostrar que o paradigma territorialista da política externa assentado pelo Visconde de Uruguai consagrou o expansionismo argentino como o inimigo potencial do Brasil e definiu os meios por que o interesse nacional deveria ser assegurado: o *uti possidetis*, na paz; a intervenção militar, na guerra. Permaneceram fiéis a esse paradigma os dois principais chanceleres e diplomatas brasileiros do período posterior: o Visconde do Rio Branco e o Barão de Cotegipe. Do ponto de vista teóri-

¹⁶ Hipótese suplementar é aquela de que a recente percepção por parte de Wight e Bull de uma “terceira via”, a do racionalismo grociano, só poderia ser possível no contexto de recente erosão da filosofia histórica em que o dualismo anterior havia se sedimentado.

co, o que se percebe na longa duração é um processo de lenta mas segura liberalização do ambiente ideológico, acompanhado pela progressiva ocultação dos argumentos clássicos de recurso à razão de Estado e da expressão pública de “realismo político” por parte dos condutores da política externa, principalmente depois de 1860. Nesse período, a política externa saquarema passou a ser contestada pelos luzias: os moderados, liberais “clássicos” como Francisco Otaviano e Martinho Campos, acenaram com o americanismo e a substituição da “política” pelas relações puramente comerciais; ao passo que os radicais “republicanos”, como Teófilo Otoni, revelaram posturas expansionistas jingoístas¹⁷. As fontes primárias a serem consultadas seriam principalmente os anais do Senado e da Câmara dos Deputados; as atas do Conselho de Estado pleno, relativas à política internacional; e os pareceres da Seção dos Negócios Estrangeiros daquela mesma instituição.

Uma herança a ser defendida: Rio Branco como guardião da tradição saquarema. A hipótese aqui é a de que a visão da história nacional do barão reitera os pressupostos da identidade imperial brasileira e que a direção por ele imprimida à política externa republicana só pode ser compreendida adequadamente por essa ótica¹⁸. Tal seção se subdividiria em duas partes. A primeira deveria compreender a formação do pensamento do barão durante os anos de aprendizado junto ao pai, quando lhe serviu como secretário nas missões diplomáticas ao rio da Prata e, depois, quando defendeu o seu gabinete, como deputado e jornalista. As fontes aqui utilizadas seriam as biografias *Luís Barroso Pereira* (1862) e *Esboço biográfico do general José de Abreu, Barão do Serro Largo* (1868); as notas à obra *A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*, de Louis Schneider (1875); os artigos por ele produzidos em defesa do gabinete do pai à frente do jornal *A Nação* (1871-1875); e a biografia do pai em que lhe faz a defesa política – *José Maria*

¹⁷ A pista aqui é deixada por Joaquim Nabuco, quando descreve a política externa do Império no começo da década de 1860 e, em particular, os argumentos luzias contrários à política externa saquarema: “É conhecida a utopia de Otoni e sua expressão — *os ducados do Rio da Prata* —: ‘Se o Sr. D. Pedro II tivesse tido a fortuna de encontrar entre os seus ministros um Conde de Cavour, seria talvez o Victor Emmanuel da America e com uma politica generosa e americana quem sabe se os ducados do Rio da Prata hoje não teriam constituído conosco um Estado mais poderoso do que o sonhado Reino da Itália’”. (Nabuco, 1897, II, p. 165).

¹⁸ Essa relação foi bem percebida por Clóvis Bevilacqua: “Tendo formado o seu espírito no estudo minucioso e constante da história pátria e do assento geográfico sobre o qual a pátria se desenvolveu, avigorou e apurou o seu amor pelas coisas brasileiras, de modo que as penetrasse tão intimamente quanto é dado às nossas faculdades, e a perceber-lhes as vibrações mais recônditas” (Bevilacqua, 2002, p. 31).

da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (1881). A segunda parte dessa terceira seção da investigação deveria recair sobre o ano de 1889, quando, aos 45 anos de idade, o barão decidiu assumir sua condição de herdeiro do saquaremismo paterno, no papel de polemista e historiador, defendendo o regime monárquico contra o republicanismo e o federalismo. As fontes a se examinar seriam os textos escritos naquele ano: os diversos verbetes sobre diversos aspectos da vida política, administrativa, militar e financeira do país, escritos para o livro organizado por Lvesseur (2000) denominado *O Brasil: o esboço de história do Brasil*, publicado na coletânea *O Brasil*, em 1889, organizada por Santana Néri; e a biografia *Dom Pedro II, imperador do Brasil*, que passou como escrita por Benjamin Mossé.

Um saquarema no Itamaraty: Rio Branco à frente da política externa republicana. Esta última parte da investigação deveria compreender a reação de Rio Branco à instauração do regime republicano federativo até 1893 e, depois, o modo como, primeiro, durante as questões de limites e, depois, à frente do Itamaraty, o barão adaptou a sua formação monárquica e saquarema ao lidar com os desafios produzidos pelo novo quadro interno brasileiro e pelas mudanças do cenário internacional. Em duas subpartes, portanto, essa parte da investigação se dividiria. A primeira se dedicaria à sua reação à república, pela análise de sua correspondência, das *Efemérides brasileiras* (1891-1892), publicadas no diário monarquista *Jornal do Brasil*, e sua contribuição ao pensamento político de Eduardo Prado, em obras como *Destinos políticos do Brasil* (1889), *Fastos da ditadura militar no Brasil* (1889-1890) e *A ilusão americana* (1893). A segunda parte se voltaria para sua produção a serviço do Brasil republicano, sua correspondência, seus discursos públicos e para os artigos publicados sob pseudônimo na imprensa. Veremos se tantas intenções conseguirão se traduzir em pelo menos algumas realizações...

Referências

- BARBOSA, Rui (1910). *Contra o militarismo: campanha eleitoral de 1909 a 1910*. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos.
- BEVILAQUA, Clóvis (2002). “A educação histórica do Barão do Rio Branco explica a extensão de sua influência na vida nacional do Brasil”, em FRANCO, Álvaro da Costa (org.) *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos: série de artigos publicados pela Revista Americana em abril de 1913*. Brasília: FUNAG.

- BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.) (2009). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BUENO, Clodoaldo (2003). *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902-1918)*. São Paulo: Paz e Terra.
- BURNS, Bradford (2003). *Aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos*. Tradução de Sérgio Bath. Rio de Janeiro: EMC.
- BURROW, John W. (1983). *A liberal descent: Victorian historians and the English past*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CALÓGERAS, Pandiá (2002). “Rio Branco e a política exterior”, em FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos: série de artigos publicados pela Revista Americana, em abril de 1913*. Brasília: FUNAG.
- CARVALHO, Carlos Delgado de (1959). *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CARNEIRO, Levi (2003). “Rio Branco e a ‘sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil’”, em FRANCO, Álvaro da Costa & CARDIM, Carlos Henrique (orgs.). *Rio Branco por grandes autores*. Rio de Janeiro: EMC.
- CARVALHO, José Murilo de (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CASTRO, Fernando Luís Vale (2008). “O pan-americanismo nas páginas da *Revista Americana*”. *Cadernos do CHDD*, ano 7, n. 12, p. 263-313.
- CERVO, Amado (1981). *O parlamento brasileiro e as relações internacionais (1826-1889)*. Brasília: Editora UnB.
- FERREIRA, Gabriela Nunes; FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi & REIS, Rossana R. (2010). “O Brasil em 1889: um país para consumo externo”. *Lua Nova*, n. 81, p. 75-113.
- FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Arquivo Joaquim Nabuco*, Mp2, cap. 1, doc. 24^a.
- GOFFREDO JR., Gustavo Senechal de (2005). *Entre poder e direito: a tradição grotiana na política externa brasileira*. Brasília: FUNAG.
- IGLESIAS, Francisco (2000). *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB) (1925). “Trasladação dos restos mortais de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

- LAIDLER, Christiane Vieira (2010). *A Segunda Conferência de Haia – 1907: o Brasil e o sistema internacional no início do século XX*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- LESSA, Pedro (1916). *Discursos e conferências*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio.
- LEVASSEUR, Émile (org.) (2000). *O Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, Letras e Expressões.
- LINS, Álvaro (1945). *Rio Branco (o Barão do Rio Branco) 1845-1912*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- LYNCH, Christian Edward Cyril (2011). “Saquaremas e luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil”. *Insight Inteligência*, v. 55, p. 21-37.
- MARINHO, Joaquim Saldanha (1885). *A monarquia ou a política do rei*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger.
- MELLO E SILVA, Alessandra (1996). “O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea”. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 95-118.
- MENEZES, Djacir (org) (1972). *O Brasil no pensamento brasileiro*. Brasília: Conselho Nacional de Cultura.
- MOTA FILHO, Cândido (1967). *A vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- NABUCO, Joaquim (1897). *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Garnier.
- _____ (1949). *Cartas aos amigos*. São Paulo: Progresso Editorial.
- _____ (2005). *Diários*. Recife: Bem-Te-Vi; Massangana.
- OTONI, Teófilo (1916). “Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos srs. eleitores de deputados pelo segundo distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura”, em MAGALHÃES, Basílio. “A circular de Teófilo Otoni”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, separata do tomo 78, parte 2.
- PEREIRA DA SILVA, João Manuel (2003). *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal.
- PINHEIRO, Leticia (2004). *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- RAMOS, Alberto Guerreiro (1962). *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- _____ (1997). *Introdução crítica à realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- RICUPERO, Rubens (1995). “Um personagem da República”, em ARAÚJO, João Hermes Pereira de (org.). *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica 1845-1995*. Brasília: FUNAG.
- _____ (2000). *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Jr., Barão do (1946). *Efemérides brasileiras*. Rio de Janeiro: MRE.
- _____ (1947). *Biografias*. Rio de Janeiro: MRE.
- _____ (1948). *Discursos*. Rio de Janeiro: MRE.
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Sr., Visconde do (2005). *Com a palavra, o visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Organização de Álvaro da Costa Franco. Rio de Janeiro: CHDD.
- RIO BRANCO, Raul do (1942). *Reminiscências do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- ROCHA, Arthur Pinto da (2002). “Rio Branco e o direito internacional”, em FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos: série de artigos publicados pela Revista Americana, em abril de 1913*. Brasília: FUNAG.
- ROCHA, João Cesar de Castro (2003). *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- RODÓ, José Enrique (2002). “Rio Branco”, em FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos: série de artigos publicados pela Revista Americana, em abril de 1913*. Brasília: FUNAG.
- RODRIGUES, José Honório (1978). *Atas do Conselho de Estado*. Brasília: Senado Federal.
- _____ (1988). *História da história do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____ (2003). “L'esquisse de l'histoire du Brésil”, em FRANCO, Álvaro da Costa & CARDIM, Carlos Henrique (orgs.). *Rio Branco por grandes autores*. Rio de Janeiro: EMC.
- ROSANVALLON, Pierre (2010). *Por uma história do político*. Introdução e tradução de Christian Lynch. São Paulo: Alameda.
- SCHNEIDER, Louis (2009 [1875]). *A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Tradução de Manoel Tomás Alves Nogueira. Notas de José

- Maria da Silva Paranhos. Porto Alegre: Pradense.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1978). *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades.
- SANTOS, Luis Carlos Villafañe G. (2010). *O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP.
- _____ (2011). “O Barão do Rio Branco como historiador”. *Revista Brasileira*, ano 18, fase 7, n. 69, p. 11-44.
- _____ (2012). *O evangelho do barão: Rio Branco e a identidade brasileira*. São Paulo: Editora UNESP.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1979). “As ideias políticas de Silvestre Pinheiro Ferreira”, em CRIPPA, Adolpho (coord.). *As ideias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (2001). *A democracia na América: leis e costumes*. Tradução de Eduardo Brandão. Prefácio, bibliografia e cronologia de François Furet. São Paulo: Martins Fontes.
- VIANNA, Luiz Werneck (1991). “Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna e Tavares Bastos”. *Dados*, v. 34, n. 2, p. 145-90.
- VIANA FILHO, Luís (1967). *A vida do Barão do Rio Branco*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- VITA, Luís Washington (org.) (1968). *Antologia do pensamento social e político no Brasil*. São Paulo: Grijalbo.
- WEHLING, Arno (2012). “História e Estado em Rio Branco”, em PEREIRA, Manoel Gomes (org). *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília: FUNAG.

Resumo

Embora o Barão do Rio Branco seja a figura mais incontroversa do panteão brasileiro, as abordagens de seu pensamento político, no âmbito das ciências sociais, continuam marcadas pela escassez ou incompletude. Este artigo sugere a possibilidade de uma abordagem renovada do seu pensamento, capaz de integrar suas dimensões de historiador, de político e diplomata. O pensamento político do barão só pode ser adequadamente compreendida à luz de sua formação intelectual durante o Império, que fez dele um verdadeiro guardião da tradição intelectual saquarema. Por esse ângulo, sugere-se que a política de Rio Branco pode deixar de parecer a inauguração da moderna diplomacia brasileira para afigurar-se, ao contrário, o último avatar da política externa monárquica.

Palavras-chave: Política externa brasileira, Barão do Rio Branco, Império, República, saquaremismo, idealismo, realismo.

Abstract

Although the Baron of Rio Branco is the most uncontroversial figure in the Brazilian pantheon, approaches of his political thought in the ambit of Social Sciences continue to be marked by paucity or incompleteness. This article suggests a renewed approach to his thought that can integrate his dimensions as historian, politician and diplomat. The Baron's political thought can only be properly understood in the light of his intellectual formation during the Empire, which made him a true guardian of the Saquarema intellectual tradition. From this perspective, Rio Branco's policy ceases to appear the opening of modern Brazilian diplomacy to seem rather the last incarnation of monarchical foreign policy.

Keywords: Brazilian foreign policy, Baron of Rio Branco, Empire, Republic, Saquaremism, idealism, realism.

Recebido em 9 de setembro de 2013.

Aprovado em 2 de dezembro de 2013.